

Introdução

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS TEIP:

Um lento caminho de possibilidades

Cristina Palmeirão¹

José Matias Alves²

A emergência da avaliação externa das escolas (AEE) portuguesas, inscreve-se no ano de 2007, enquanto medida de responsabilidade da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC). Uma década antes, Lucie Carrilho Ribeiro escrevia: “A função de «avaliar» tem hoje um lugar preponderante em qualquer operação de planeamento sistemático e nos mais diversos domínios” (Ribeiro, 1997, p. 5). Nessa perspetiva, “A avaliação das escolas tem constituído um campo de interesse dos sistemas educativos por se reconhecer que constitui uma via para se alcançarem melhores níveis de qualidade da educação escolar (Mouraz, Fernandes & Leite, 2014, p. 68) e, a partir daí, ativar o ciclo de melhoria da escola (Alaiz, et al. (2003), a fim de cumprir a visão que sustenta o Projeto Educativo de cada escola e, assim, a missão primeira da escola.

Na essência, e no plano concetual, “toda a avaliação tem em vista, por um lado, a prestação de contas e, por outro, a produção de conhecimento para o desenvolvimento e melhoria do sistema e de cada escola” (Azevedo, et al, 2006, p. 1). A eficácia da escola como organização educativa resulta do “controlo de qualidade do sistema no que respeita

¹ Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano, Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa. Porto. Portugal. ORCID [0000-0002-1949-8641](https://orcid.org/0000-0002-1949-8641), cpalmeirao@ucp.pt

² Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano, Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa. Porto. Portugal. ORCID [0000-0002-9490-9957](https://orcid.org/0000-0002-9490-9957), jalves@ucp.pt

aos objetivos mínimos do currículo nacional, comum e obrigatório” (Lemos, et al., 1994, p. 22). “Avaliar é servir para as aprendizagens” (Guerra, 2003, p. 19). Posicionamento que parece fundamentar o facto de a avaliação externa das escolas, continuar a ser “objeto de atenção transnacional (OCDE, 2012), contexto que facilita melhor compreender processos e instrumentos de monitorização e de melhoria da escola, das aprendizagens e da educação. O paradigma é fazer despontar, em cada escola, “uma cultura de avaliação robusta” (Serra, Alves & Soares, 2023, p. 3), competente e eficaz (Albuquerque, Ferreira & Barreira, 2022).

O desafio de uma escola para todos comporta exigências de diferente natureza – política, pedagógica, técnica, financeira. Porém, entre o decretado e o construído o importante é respeitar, sempre, os valores base das escolas democráticas - liberdade, equidade, qualidade e eficiência (Afonso, 2000, p. 211). A concretização de uma escola plural passa por acautelar e estabelecer laços entre todas as pessoas, com vista a criar momentos de reflexão para a ação coletivos, articulados e responsáveis. Pese embora, “muito permanece por fazer para que possa ser gerada uma cultura de autoavaliação nas escolas” (Serra, Alves & Soares, 2023, p. 17), associada a um ciclo de gestão própria, co-construído com a participação de todos e de cada um.

Facto é que “A escola como lugar de vários mundos” (Estevão, 2004), desencadeia e realça pressões externas de vária ordem, mormente no campo da avaliação. Para evitar que tal aconteça, importa envolver toda a comunidade educativa e desse modo favorecer o diálogo, o trabalho colaborativo e um clima de confiança entre as pessoas e as estruturas, pois, só assim, serão possíveis mudanças e a tão desejada e necessária inovação pedagógica e institucional.

Com esse sentido, o programa de AEE, que tem vindo a ser concretizado pela IGEC, tem merecido um acompanhamento empenhado e sistemático por parte das escolas e do próprio Conselho Nacional da Educação (CNE), traduzindo “o grau de cumprimento dos objetivos definidos e os principais efeitos conseguidos, bem como os eventuais efeitos perversos” (CNE, 2015, p. 9). Em cada ciclo de avaliação - 2006-2011; 2011-2018; e 2018 – (...) -, está subjacente a evolução da escola, da educação e das aprendizagens, no firme propósito de conhecer as diferentes dimensões em análise, no presente – Autoavaliação, Liderança e Gestão, Prestação do Serviço Educativo e Resultados -, cada

uma das quais concorre para a avaliação final, aplicada uma escala gradativa – Insuficiente, Bom, Muito Bom, Excelente.

Sabemos que a AEE beneficia da concretização dos processos de autoavaliação, implementados desde 2002, com carácter obrigatório, em todas as instituições educativas (Lei n.º 31/2002, de 22 de dezembro), porquanto, paulatinamente, pode ajudar as escolas a “olharem para si próprias, enquanto organizações específicas e simultaneamente singulares” (Fialho, 2015, p. 111).

A avaliação, além de uma tarefa técnica, é também um fenómeno ético e político. A questão principal não é manusear com precisão instrumentos de medida, mas sim dirigir um processo complexo que contribua para a melhoria da instituição e dos profissionais que nela trabalham (Guerra, 2003, p. 28).

Nessa ótica, os desafios são muitos e requerem estratégias de desenvolvimento e de inovação pedagógica ousadas, inteligentes e participadas.

Nota final

A melhoria da escola pressupõe uma aprendizagem contínua e a faculdade interna para se repensar e, a partir daí, “fortalecer a capacidade da escola para gerir a mudança (Bolivar, 2003, p. 38). A ideia passa por “construir compromissos sociais muito concretos em prol de melhor educação” (Azevedo, 2011, p. 299). Da UNESCO (2022), a máxima é que só pela educação é possível enfrentar os desafios e as desigualdades da nossa contemporaneidade. Contudo, “as instituições não mudam por si, mas através das pessoas” (Guerra, 2003, p. 89). Assim sendo, a transformação resulta da ação que formos capazes de imprimir e, nesse sentido, o conhecimento e a educação são as bases para a renovação e para “um passo em frente da valentia humana” (Savater, 2006, p. 25). É facto que

A avaliação, enquanto reflexão rigorosa sobre a realidade dinâmica das mudanças, é algo de imprescindível, não apenas para as compreender e valorar, como também para poder actuar sobre elas e transformar a dinâmica da sua implantação e desenvolvimento (Guerra, 2003, p. 90).

Importa, por isso, trabalharmos juntos para criar futuros compartilhados e interdependentes (UNESCO, 2021), uma vez que é ainda necessário assumir maiores estudos relativamente aos verdadeiros efeitos da AEE na/para melhorar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação escolar. Estes efeitos benéficos passam sempre pelas pessoas que trabalham nas escolas: pelo querer, saber e poder mobilizador e transformador. Pela construção e desenvolvimento de comunidades profissionais de aprendizagem que fazem do “ofício” de fazer aprender todos os alunos um imperativo ético e um compromisso inalienável. Fazemos votos para que esta publicação ajude a construir este horizonte de possibilidade.

Referências bibliográficas

- Afonso, N. (2000). *Autonomia, avaliação, e gestão estratégica as escolas públicas*. Costa, J.; Mendes, A. & Ventura, A. (Org.) (2000). *Liderança e estratégia nas organizações escolares*. Universidade de Aveiro, pp. 201-2016. Alves, L. (Dir.) (1992). *As escolas e a qualidade*. Edições Asa.
- Alaiz, V., Góis, E. & Gonçalves, C. (2003). *Auto-avaliação de escolas*. Pensar e praticar. Guias Práticos. Edições Asa.
- Albuquerque, P., Ferreira, A. & Barreira, C. (2022). The schools inspections/schools external evaluations: effects on school institutions described in articles published since. *Revista do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará*. UECE.
- Alves, L. (Dir.) (1992). *As escolas e a qualidade*. Edições Asa.
- Azevedo, et al. (2006). *Auto-avaliação das escolas e avaliação externa os pontos de intersecção. Relatório final da actividade do Grupo de Trabalho para Avaliação das Escolas*. Ministério da Educação, pp. 1-11.
- Bolivar, A. (2003). *Como melhorar as escolas*. Edições Asa.
- Fialho, I. (2015). As reações das escolas ao relatório (os contraditórios). *CNE*, 2015., pp. 108-140.

Guerra, M. (2003). *Uma seta no alvo. A avaliação como aprendizagem*. Asa.

Mouraz, A., Fernandes, P. & Leite, C. (2014). Influências da avaliação externa das escolas no desenvolvimento de uma cultura de autoavaliação. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, n.º 14, pp. 67-97.

Santiago, P.; Donaldson, G.; Looney, A. & Nusche, D. (2012). *Revisões da OCDE sobre a avaliação e avaliação na educação: Portugal*. OCDE.

Ribeiro, L. (1997). *Avaliação da aprendizagem*. Texto Editora.

Serra, L.; Alves, J. & Soares, D. (2023). A avaliação externa das escolas: entre a conformidade e a inovação. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, n.º 25, pp. 1-15.

Savater, F. (2006). *O valor de educar*. Dom Quixote.

UNESCO (2022). *Reimaginar nossos futuros juntos. Um novo contato social para a educação*. Fundação sm.